

## GT16: Antropologia e Alimentação: diálogos sobre cultura, identidade e direitos

Talita Roim, Fabiana Kraemer

As Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBA) congregam há mais de 25 anos Grupos de Trabalho (GT) que se debruçam sobre o fenômeno da alimentação, tendo o primeiro GT ocorrido no ano de 1996, em Salvador/BA. Ao longo desses anos, esse espaço vem gerando profícuas discussões no campo da Antropologia da Alimentação. À vista disso e pela expectativa de contribuir com as reflexões e diálogos até então estabelecidos, propomos para 33ª. RBA percorrer o campo da antropologia da alimentação tomando os avanços e inovações das pesquisas no campo para estudar a cultura e compreender as mudanças sociais, em especial, em tempos que indivíduos e coletivos são alijados dos seus direitos. Compreender como a comida constitui identidades e relações sociais e como práticas alimentares se ressignificam em uma sociedade é imprescindível na constituição de projetos e políticas públicas alimentares e para garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) das populações. Nesse sentido, serão aceitos trabalhos que abordem as mais diversas dimensões socioculturais que tenham a alimentação como objeto de investigação e as tendências e desafios alimentares nas sociedades contemporâneas.

### **"Ka"angawa é comida de jabuti, aqui as crianças comem açaí e também comida da roça"**

**Autoria:** Richelly Costa

A política de alimentação escolar está presente nos ambientes de debates sobre políticas públicas no Brasil, desde meados do século XX. Alguns autores destacam o início dessa jornada associando alimentação à saneamento e higiene, ocorridos nos anos de 1920, outros relacionam a situação de desnutrição, sob a perspectiva de causas sociais e econômicas da fome e da desnutrição, outros referenciam sobre os debates que circulavam a institucionalização da alimentação escolar, durante a década de 1940 (PEIXINHO, 2011; SOUZA, 2017; ROCHA, 2014; SANT'ANA, 2008). A alimentação ofertada nas escolas indígenas sobrevive em um contexto desafiador, necessitando atender aos critérios das orientações nutricionais e de segurança alimentar, associada com o respeito à cultura alimentar desta população. É válido destacar o respaldo das legislações vigentes, que garantem e reforçam o protagonismo cultural, bem como a segurança alimentar, porém ainda há muitos arranjos a serem orquestrados (VIEIRA-FILHO, 2016). Assim, percebe-se as diversas realidades da dinâmica da merenda escolar em escolas indígenas. Apresentaremos, especificamente, a realidade da população Awaeté-Parakanã do Tocantins. Esta população é considerada de recente contato, por deter uma relação tênue com a sociedade ocidental. Seu primeiro contato foi em 1970, no momento da construção da Transamazônica, somando-se, naquela época, cerca de 200 indígenas. Posteriormente, em 1983 foram contatados cerca de 211 indígenas que viviam na região onde atualmente está instalada a hidrelétrica de Tucuruí (FAUSTO, 2001). A educação escolarizada foi implementada somente em 2018, levando até a população políticas públicas que circundam a educação escolar, entre elas a merenda escolar. Em uma visita para realização periódica de diagnóstico escolar, percebemos que alguns itens ofertados para merenda dos escolares estava sendo direcionada para os animais domesticados (como verduras) ou deixados de lado (como o charque), eventualmente atingindo o vencimento. Ao questionar os indígenas ouvimos que os folhosos que estavam indo para os konomia (crianças) não faziam parte da alimentação da população, somente dos jabuti criados pela comunidade. Percebemos que não ocorreu um diálogo prévio, menos ainda consulta à comunidade para reconhecimento do perfil alimentar, considerando a cultura como norte da execução da política de alimentação escolar, para desenho dos itens a serem ofertados à população,

ocasionando em desperdício de dinheiro público e não atendimento da segurança alimentar dos escolares. Face ao exposto, realizamos estudo com discussões sobre o fornecimento da merenda escolar para populações indígenas, bem como aspectos relevantes que consideram as especificidades culturais em diálogo com a política.

[Trabalho completo](#)

### 33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

#### Realização:



#### Apoio:



#### Organização:

